

Capacidades e Funcionamento das Famílias em Face das Expressões da Questão Social

Iniciamos o nosso terceiro texto buscando olhar mais de perto os sujeitos de nossa ação.

*Gente lavando roupa
Amassando pão
Gente pobre arrancando a vida
Com a mão
No coração da mata gente quer
Prosseguir
Quer durar, quer crescer,
Gente quer luzir
Rodrigo, Roberto, Caetano,
Moreno, Francisco,
Gilberto, João
Gente é pra brilhar,
Não pra morrer de fome
Música Gente – Caetano Veloso*

Figura 01 – Trecho da Música “Gente” de Caetano Veloso

Se, como afirmamos no Texto 1, a Política da Assistência Social, organizada enquanto um Sistema, têm buscado progressivamente superar os resquícios de uma cultura de práticas compensatórias e assistencialistas, para se firmar enquanto política de Estado afiançadora de direitos de cidadania, o seu tipo de prática, o seu fazer, é um importante elemento desta equação.

A proposta deste texto é chegar bem perto das famílias, nas situações vivenciadas pelos indivíduos no cotidiano em sociedade, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos/as, trabalhadores/as. Pessoas que tem endereço, cor, orientação e identidade de gênero. Que vivenciam em maior ou menor intensidade riscos sociais.

Ainda que João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, tenha nos impactado com o realismo de sua narrativa sobre os desdobramentos de nossa sociedade hierarquicamente configurada....

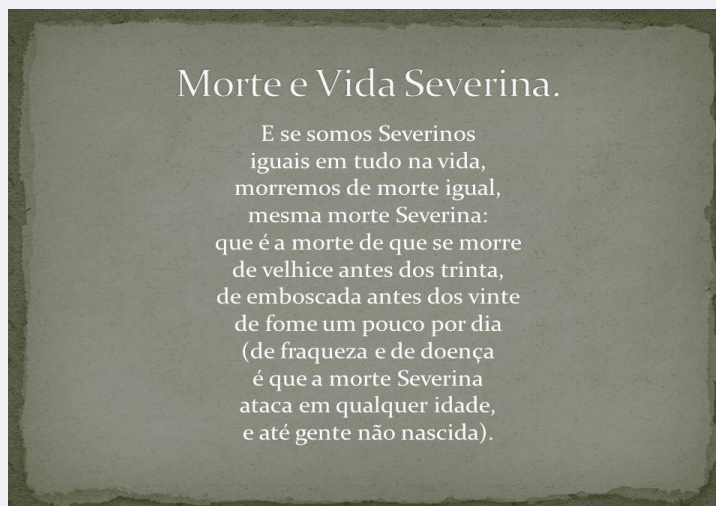


Figura 02 – Trecho do Livro “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto

...o nosso papel, enquanto mediadores/as da relação entre as famílias/indivíduos e o Estado, é romper no dia a dia com estas vidas determinações, e compreender junto com os sujeitos, quais são as relações sociais que estruturam sua existência.

A atuação nesta política é um exercício diário de olhar de perto, de dentro, para compreender estas famílias, seus dramas, seus territórios, para em síntese estabelecer os objetivos de nosso trabalho em uma perspectiva que é essencialmente intersetorial.

Retomando o texto 1:

Estamos assumindo que os direitos socioassistenciais de responsabilidade de provimento por parte do Estado implicam em ações voltadas para determinados fins, que envolvem em uma relação sistêmica o próprio Estado, os/as trabalhadores/as (operadores) das políticas públicas, os sujeitos de direito (usuários) e a sociedade.

Neste sentido o Trabalho Social com as Famílias no SUAS deve partir de alguns pressupostos: a) Adotar o conceito de família que consta na PNAS (2004) (“conjunto de

peças unidas, seja por laços consanguíneos, seja por laços afetivos e/ou de solidariedade”); b) Contemplar a diretriz “matricialidade sociofamiliar” da política; c) Ressaltar que a centralidade da família, na política de assistência social, também deve-se ao reconhecimento da importância dessa instituição na proteção social dos indivíduos.(MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012).

A partir destes pressupostos o trabalho social com famílias, no âmbito da assistência social, pode ser compreendido como:

Conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, para o reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012, p. 11)

O trabalho com famílias demanda saberes técnicos especializados, como parte estruturante de uma política pública de dever do Estado e compreende a família como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias. Tem em sua atuação “o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012, p. 11).

Para pensar sua materialização é preciso nos voltarmos para a forma como se organizam os níveis de proteção e as ofertas no SUAS:



Fonte: Google Imagens

A organização do SUAS a partir de diferentes níveis de proteção revelam o amadurecimento em termos de compreender as especificidades das situações vivenciadas pelas famílias, que demandam do estado uma resposta específica.

Daí deriva o importante papel do Estado, na garantia de proteção às famílias e indivíduos em relação aos riscos sociais vivenciados, historicamente constituídos em uma sociedade muito desigual, e que, como nos alertou Cardoso (2010), tem na indiferença da elite em relação as condições vivenciadas pela maior parte da população uma das importantes expressões da questão social entre nós.

Para pensar a materialização desta perspectiva, de que estamos lidando com sujeitos de direitos, com uma política pública alicerçada de direitos de dever do Estado, precisamos portanto complexificar esta relação. Vamos traçar um caminho, retomando uma dimensão importante apresentada no texto 2:

Retomando o Texto 2:

Vivemos em uma sociedade extremamente desigual, onde cotidianamente são ressignificadas/atualizadas dimensões do que chamamos de “questão social”.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação de uma sociedade capitalista que passa a se expressar cotidianamente através de materializações no cotidiano da vida social, instituindo contradições que passam a exigir intervenções para além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983).

Representa uma perspectiva de análise da sociedade, tomando como elemento central a contradição entre capital e trabalho, na perspectiva de que a maior parte da população depende da venda de sua força de trabalho para garantir os meios de sua sobrevivência. Trata-se, portanto, de uma situação de sujeição e dependência, como se o trabalhador precisasse a todo momento “pedir permissão para viver”.

[...] as consequências da apropriação desigual do produto social [do trabalho] são as mais diversas: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc.; criando 'profissões' que são frutos da miséria produzida pelo capital: catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; 'avião' – vendedores de drogas; minhoqueiros – vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da

casa – cuidando de carros ou pedindo esmolas, as crianças mantêm uma irrisória renda familiar; pessoas que 'alugam' bebês para pedir esmolas; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas; etc. Além de criar uma imensa massa populacional que frequenta igrejas, as mais diversas, na tentativa de sair da miserabilidade em que se encontram (MACHADO, 1999, p.43)

Expressões da reflexão feita por Jessé Souza, apresentada no Texto 2, sobre a Ralé Brasileira, pessoas que vivem no limite da condição de sobrevivência e que são sobremaneira impactadas por uma lógica de acumulação do capital que não garante condições de vida mais equitativas para toda a população.

É nesse sentido que devemos entender o que nos ensina Ednéia Machado (1999):

Importa ressaltar que a questão social é uma categoria explicativa da totalidade social, da forma como os homens vivenciam a contradição capital – trabalho. Ela desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como coloca a luta pelos direitos da maioria da população, ou, como os homens resistem à subalternização, à exclusão, e à dominação política e econômica. (p.44)

Considerando isto, perguntamos: Como apreender esses desafios e efetivá-los na busca de maior complexidade para a nossa ação no Trabalho com as Famílias no SUAS?

Para responder a esta questão, vamos usar como referência a reflexão proposta por Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) no livro Vozes do Bolsa Família que derivou de uma pesquisa com foco no programa Bolsa Família, envolvendo entrevistas com 150 beneficiárias do programa ao longo de cinco anos (entre 2007 e 2011).

Surgem aí depoimentos importantes de mulheres que relataram como era viver nas regiões consideradas "mais desassistidas do Estado brasileiro" (Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais) e os impactos do programa. A análise desses impactos se deu através de três dimensões - autonomia, dinheiro e cidadania.

Para a análise da dimensão autonomia, o enfoque utilizado foi o das **capacidades e funcionamentos**, de Amartya Sen, que tomamos neste curso como uma lente bastante interessante para perceber os efeitos das relações desiguais vivenciadas pelas famílias/indivíduos, bem como as reações em relação a estes efeitos, seja de enfrentamento ou de resignação.

Quem é Amartya Sen

16 de Março de 2011, 0:00

PART

Amartya Sen foi o primeiro indiano (e asiático) a receber o Prémio Nobel da Economia, pelas suas contribuições para a economia do bem-estar e a teoria da escolha social. Professor na Universidade de Harvard, Sen abordou questões muitas vezes postas de parte por outros economistas, como a discriminação, as escolhas colectivas, a justiça, a ética e a saúde pública.

Ficou particularmente conhecido pelo seu trabalho sobre as causas da fome e por, nos anos 1990, ter ajudado a criar o Índice de Desenvolvimento Humano, usado desde então pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. Além disso, esteve envolvido no desenvolvimento de um indicador da economia mais completo do que o PIB: o chamado indicador da felicidade.

Entre os vários prémios que recebeu está o Nobel da Economia, o Bharat Ratna (a maior distinção atribuída na Índia) e graus de doutor honoris causa em universidades da América do Norte, Europa, Ásia e África e, agora, na Universidade de Coimbra.

Fonte: <https://www.publico.pt/2011/03/16/jornal/quem-e-amartya-sen-21564446>

Cabe ressaltar que ao falarmos em enfrentamento e resignação como dimensões opostas, estamos buscando tornar mais didático o que é na verdade muito complexo. O enfrentamento pode se dar de diferentes maneiras, como por exemplo: buscando os serviços, exigindo direitos, criando estratégias para a sobrevivência, para o cuidado dos filhos, etc. Por outro lado o enfrentamento pode vir também através de confronto aberto com a desigualdade percebida, exemplo do adolescente que se envolve com o tráfico para obtenção de ganho, comportamentos tidos como agressivos e violentos na família e território, uso abusivo de substâncias psicoativas, entre outros.

O mesmo acontece em relação a resignação, que pode se dar através de “aceitação” da condição vivenciada como algo natural (ou divino, “porque deus quis assim”), ou materializar-se pela apatia, pela não reação. A busca ativa se fundamenta também nisto, no fato de que apesar de vivenciarem condições de vida extremamente precárias algumas famílias não conseguem chegar até os serviços.

São inúmeros os casos de depressão e transtornos psíquicos vivenciados pelas famílias e indivíduos, diretamente relacionados a um cotidiano marcado pelo sofrimento,

pela ausência de **capacidades** de estabelecer um projeto de vida para além da sobrevivência, vidas marcadas por extrema privação material e afetiva.

É para compreender estas famílias, que chegam até os serviços, e tem respostas tão diferentes ao trabalho desenvolvido, que lançamos mão da perspectiva das **capacidades e funcionamentos**, de Amartya Sen.

Viver em situações de privação resultam para o autor em redução da liberdade. Esta liberdade está relacionada a condições que são necessárias para os sujeitos definirem por si mesmos um ideal de vida boa, como por exemplo: ir ou não a escola, isto pode ser considerado uma escolha desde que exista no território a oferta deste serviço. No entanto a liberdade de permanecer na escola não está relacionada só ao direito da matrícula, mas em ter condições de permanecer na escola, sem por exemplo ter a todo o momento o risco abandona-la para contribuir na renda familiar.

Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) ressaltam a importância para estas famílias de perceberem que o Estado reconhece sua existência, e que suas necessidades não podem ser supridas por elas mesmas, ou com ações setoriais e sem acompanhamento.

Cabe ressaltar que, na perspectiva de Amartya Sen, as capacidades de funcionamento de que dispõem os sujeitos não são simplesmente autogeradas, o que reforçaria a perspectiva da meritocracia, de que basta as pessoas se esforçarem para terem acesso ao que quiserem, para o autor é determinante os efeitos das condições externas. Vejamos alguns exemplos: se as famílias com crianças pequenas tem acesso a creche (capacidade), isto permite que as mulheres possam sair para trabalhar (funcionamento). Se a escola trabalha de forma próxima buscando envolver as famílias, crianças, adolescentes e o território (capacidade), a possibilidade de perceber a educação como algo importante no projeto de vida tende a aumentar (funcionamento).

Neste sentido, a existência destas famílias demanda a existência de capacidades para funcionamentos e o Estado precisa assumir o seu papel de provimento de condições para materialização da cidadania, através de suas diferentes políticas.

Em síntese:



Vamos a mais um exemplo de como isto se materializa no cotidiano:



Economia: Matéria

Morrem primeiras vítimas fatais do preço absurdo do gás, em Pernambuco.

Fonte: <https://www.apostagem.com.br/2017/12/13/morrem-primeiras-vitimas-fatais-do-preco-absurdo-do-gas-em-pernambuco/>

O drama relatado na matéria acima é uma das expressões mais violentas de nossa desigualdade estrutural. Ter ameaçada a segurança e a integridade da própria vida por não ter capacidade (renda) para um funcionamento seguro (o uso do álcool ao invés do gás de cozinha) é exemplo de como a insegurança de renda afeta em múltiplas dimensões a vida dos indivíduos. É por isso que se deve contestar a naturalização das condições de pobreza e a indiferença que produz o impacto diferenciado (algumas vezes letal) das ações de “ajuste econômico”, na medida em que atingem especialmente as condições de produção e reprodução da vida das famílias mais pobres. Quem vive ameaçado pela ausência, pelo medo de não acesso às condições imediatas para sua própria vida, não é livre e tem reduzida significativamente sua capacidade de autodeterminação. Em síntese, a promoção da qualidade de vida¹ deve ser simultânea à promoção das condições de participação e acesso democráticos à produção na sociedade.

No trabalho com as famílias é preciso um exercício permanente de “ajuste de lentes” para perceber no cotidiano das unidades domésticas e das relações comunitárias como as capacidades atuam como “dado de realidade” levando, famílias reais e não genéricas, a determinados tipos de funcionamento, diferentes interações com as ofertas do Estado, às estratégias de pertencimento a determinados grupos, eleição de prioridades, desejos etc.

No Texto 2, ao nos voltarmos para ***O lugar da sociedade na produção dos riscos sociais vivenciados pelas famílias e indivíduos***, apresentamos várias referências a isto, por exemplo como a “liberdade de funcionamento” de jovens negros, pobres, moradores de periferia, é deliberadamente atacada, já que no Brasil jovens negros morrem em número 4 vezes superior a outros jovens da mesma idade.

Em uma perspectiva sistêmica a sociedade vai dando os contornos deste cotidiano, com as restrições impostas à liberdade de ação (como por exemplo ter condições reais de se dedicar a escola), de planejar o ideal de uma vida boa, de projetar uma trajetória que rompa com o determinismo de nossa desigualdade social.

¹ **Qualidade de vida** entendida como melhoria das condições de vida das famílias, através de acesso à bens e serviços, como habitação, alimentação adequada e saudável, vestuário, saúde, lazer...

O relato abaixo, da mãe de um jovem, dá a dimensão desta nossa reflexão e, de como nós, agentes públicos, temos um papel importantíssimo na manutenção ou enfrentamento destas situações.

INDIGNADA!!!!
Hoje meu filho de 19 anos, chegou em casa chorando, porque perdeu a prova do ENEM. Mas sabe por quê?
Só porque é PRETO e mora em Periféria. Ele foi abordado pela POLICIA, só porque, estava no bairro da PITUBA onde ele faria a PROVA no Colégio Serravale, onde um dos policiais falou que ele não deveria estar naquela localidade. Uma via pública que é caminho para chegar até o colégio. Mas aqueles policiais o impediram de tentar ingressar em uma FACULDADE. Para não entrar nas estatísticas de, mais um jovem sem emprego e sem estudos no BRASIL. Ele teve que jogar os pertences de sua mochila no chão, levou tapa na cara e um fuzil apontado para o seu peito. Tudo isso porque ele é PRETO, e não pode andar em uma via pública,

Adicionar lembrete
Vila Maria Criado 13:45

Fonte: Relato de uma Mãe em Rede Social sobre Ação da Polícia

Neste caso, o agente público é o policial, vinculado a política de segurança, este em sua ação exerce uma ação discricionária (de escolha), selecionando um entre outros jovens para passar por uma “revista”. Ação esta que acaba por impedir a capacidade de funcionamento deste jovem, o de ingressar no ensino superior, muito provavelmente enquanto estratégia para materializar o seu ideal de vida boa.

Neste caso a questão que nos inquieta é: Sob quais perspectivas um adolescente de mochila, no dia da prova do Enem, no horário da prova, na avenida que leva ao local da prova, passa a ser considerado suspeito?

Aqui está colocada a dimensão que procuramos evidenciar no Texto 1, de que o nosso olhar, a forma como percebemos, como fazemos o enquadramento da realidade impacta na “liberdade” ou na capacidade de buscar “desenvolvimento” (utilizando outra dimensão tratada por Amartya Sen) por parte das famílias e indivíduos.

Com estes dois exemplos, o primeiro vinculado a insegurança de renda, o segundo vinculado a forma como os riscos sociais são vivenciados por atributos de identidade em

nossa sociedade, espero ter demonstrado os desafios de nossa atuação em relação a complexidade das situações vividas pelas famílias e seus indivíduos.

Neste sentido gostaria de ressaltar que a nossa ação pode ser mais ou menos libertária, mais ou menos revolucionária, dependendo das ancoragens ou dos enquadramentos que damos a nossa ação.

Vamos aprofundar este debate no Texto 4, isto porque as situações de violação de direitos que manifestam-se no espaço familiar, também o fazem no espaço do território, nas relações que são vividas na sociedade. Situações de violência, discriminações e precariedades, como negligência, maus tratos, abandono e outras desproteções, as quais, sem o apoio, suporte e recursos necessários, tendem a se perpetuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade salarial do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: objeto do Serviço Social?. **Serviço Social em Revista**. V. 2, nº 1, Jul/Dez, 1999. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/cv2n1quest.htm>>. Acesso em: 01 de dez 2017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. 1 ed. vol. 2. Brasília, DF, 2012.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Editora da Unesp, 2013.